

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , de 2023**  
(Do Senhor Deputado Sóstenes Cavalcante)



Solicita informações à Senhora Ministra da Cultura, Margareth Menezes, referentes aos Planos Anuais de Atividades, previstos na Instrução Normativa SECULT/MTUR nº 2, de 6 de junho de 2022, em aditamento à resposta presente no Ofício nº 957/2023/GM/MINC.

Apresentação: 05/09/2023 17:27:55.627 - MESA

RIC n.2294/2023

Senhor Presidente,

Em aditamento à resposta presente no Ofício n. 957/2023/GM/MINC, Processo nº 01400.005170/2023-35, requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art.115, inciso I, e art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado à Senhora Ministra da Cultura pedido de informações referentes ao processo de aprovação de Projetos, previstos no artigo 86, da IN SECULT/MTUR nº 2/2022 e na Lei nº 8.313/1991.

Mais especificamente, solicito as seguintes informações:

- 1) Em resposta no citado Ofício, o MINC informa (...) *“A partir do início de sua execução ocorre o monitoramento do projeto quando são comprovadas tempestivamente as suas despesas mediante o envio das notas fiscais em confrontação com o movimento bancário e a planilha orçamentária aprovada. Findo o projeto, o conjunto das notas fiscais constituirá a contraprova da lisura na aplicação dos recursos conforme pactuado”*.
- 2) Esclarecer como se dá a fiscalização dos projetos de plano plurianual durante a execução a luz da salvaguarda dos recursos públicos, especialmente, aqueles que os proponentes recebem de outras fontes, como por exemplo, secretarias de cultura estaduais e municipais.
- 3) Como o Minc faz o controle das atividades custeadas em planos plurianuais que preveem o custeio de atividades com terceiros, exemplo, viradas culturais ou com a construção de, por exemplo, obras de arte para a participação em exposição - estas obras, são catalogadas e encaminhadas





para espaços sob a gestão do Minc? Qual o controle para que estas obras não constem em novos planos anuais ou apareçam em rubricas de custos de outras propostas.

- 4) Existe algum acompanhamento especial para planos anuais ou plurianuais com valores superior a 10 milhões?
- 5) Existe algum critério de acompanhamento e aprovação de gastos anuais em planos plurianuais?
- 6) Além disso, no Ofício, o Minc responde que o critério de reprovação com ressalva garante suspensão de 3 anos, diante do exposto requeiro: Lista dos projetos aprovados com ressalvas nos ultimos 8 anos, lista de proponentes com mais de 3 aprovações com ressalvas e comprovacao de suas inabilitacoes.

Sala das Sessões, em        de        2023.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**

2º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados

